

OS DESENCONTROS ENTRE SUSTENTABILIDADE E REALIDADE SOCIAL E AS POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Arlete Silva dos Santos

RESUMO

O presente artigo busca apontar o construto histórico da crise ambiental que vivemos, suas características e conseqüências no mundo moderno. Busca ainda, apontar algumas teorias relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à educação ambiental e as dificuldades que essas teorias encontram na sociedade capitalista.

Palavras chave: homem/natureza, sustentabilidade, educação ambiental

ABSTRACT

This article seeks to construct the history of the environmental crisis which we live, its characteristics and consequences in the modern world. Also pointed out some theories related to sustainable development and environmental education and the difficulties that these theories are in a capitalist society.

Biografia

Acadêmica do sexto período de Pedagogia da Faculdade Integrada do Brasil. ssantos. arlete@gmail.com

Introdução

A humanidade se encontra diante de uma preocupante realidade relacionada ao ambiente e a sua própria sobrevivência. O período entre os anos 60 e 70 foi marcado por previsões de perigo e degradação ambiental provenientes da ação do homem. Mas, foi preciso que os problemas revelassem seu alcance e gravidade para admitirmos sua inexorável realidade. Não obstante, a consciência dos problemas atuais nos coloca, contraditoriamente, estáticos e sem saber que rumo tomar. A única certeza que temos é que precisamos agir com máxima urgência e cautela.

A modernidade tão almejada trouxe à humanidade possibilidades nunca pensadas de desenvolvimento tecnológico, mas possibilitou também um grau de destruição que se tornou uma ameaça a vida humana e não humana.

A sociedade tem hoje buscado atitudes ecologicamente corretas e sustentáveis. Proliferam diferentes práticas, mas que estão fundamentadas em paradigmas arcaicos, causando assim um completo desencontro entre discurso e realidade, o que nos deixa andando em círculos.

Claro que não podemos generalizar e ignorar as inúmeras ações que há muito vêm sendo pensadas, propostas e praticadas em todo o mundo como forma de reverter ou amenizar os problemas socioambientais. Não podemos também ser ingênuos em acreditar num mundo onde o homem não altere o ambiente de forma alguma. Isso seria impossível, visto que o homem transforma o ambiente em que vive e, ao mesmo tempo é por ele transformado.

As reflexões a seguir buscam apontar alguns problemas que a realização prática da ideia de uma sustentabilidade encontra diante de nossa realidade social e econômica.

Relação homem/natureza: premissas históricas

A história da relação do homem com o ambiente pode ser dividida basicamente em duas visões: a geocêntrica e a antropocêntrica.

Na visão geocêntrica do universo, o homem é integrante da natureza e está suscetível às suas leis, ou seja, depende dela para sobreviver. “Os povos antigos, portanto, experimentavam cotidianamente a natureza tanto na sua dimensão maternal, provedora e bondosa, quanto na sua dimensão adversa, impetuosa, incontrolável e misteriosa” (TREVISOL, 2003, p.68). A natureza ditava se os homens viveriam ou morreriam, pois era considerada onipotente e imprevisível. Nessa fase, a maioria das civilizações era orgânica onde se priorizava a necessidade da comunidade e não do indivíduo. Nessa perspectiva a ciência funciona como uma forma do homem se proteger das ações da natureza o que produzia um comportamento ecológico.

Entre os séculos XV e XVI a modernidade consolidou o antropocentrismo. Na visão antropocêntrica o homem se separa da natureza e se coloca como o centro do universo, conhecedor das leis naturais. As civilizações orgânicas deram lugar à visão mecanicista de mundo onde a natureza é vista como algo a ser transformado, dominado e colocado à serviço dos interesses humanos. O homem se torna independente e conhecedor das leis naturais, passando a controlá-las.

O homem passa a transformar a natureza sem considerar as consequências. A evolução da ciência que, a princípio, parecia positiva tornou-se paradoxal, pois trouxe incerteza e imprevisibilidade à sobrevivência humana e não humana.

A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa ideia de progresso da civilização moderna. Desta forma a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental (LEFF, 2001, p.15).

A realidade socioambiental que encontramos hoje é o reflexo da visão antropocêntrica, segundo a qual as ações do homem buscam o controle e a dominação da natureza e conseqüentemente do próprio ho-

mem. Isso provoca uma desestruturação do ambiente e do próprio homem, como parte integrante da natureza.

Os impasses da sustentabilidade na sociedade atual

A sociedade moderna convoca a ciência a encontrar soluções para os problemas ambientais que ela mesma criou e que constituem hoje uma preocupação planetária. O homem, através da busca desenfreada por mais riqueza e poder, tem destruído a si próprio e aos outros. A pobreza e a desigualdade social causadas pelo sistema capitalista são os problemas diretamente ligados à crise ambiental, pois o desenvolvimento traz crescimento, mas também, pobreza aos que estão excluídos desse processo. Ademais, embora se trate de uma crise de riscos socioambientais de proporções planetárias que atinge a todos, a esses são agregados componentes classistas. Isso significa dizer que embora toda a humanidade sofra as consequências dos problemas socioambientais, é inegável que aqueles com maior poder aquisitivo podem “comprar” soluções paliativas e os mais pobres estão mais vulneráveis aos riscos.

Os países pobres são exemplos emblemáticos dessas novas desigualdades sociais. Para essa população o processo de industrialização, potencialmente poluidor e, portanto, ameaçador, significa antes a possibilidade de superação de uma situação de miséria material e o sonho de uma vida com dignidade. Ora entre a ameaça visível da fome e ameaça invisível da contaminação, tem-se pouca ou nenhuma possibilidade de escolha. A necessidade de manutenção da vida imediata se coloca antes de qualquer processo conscientizador das ameaças invisíveis proliferadas pela indústria (SILVA, 2006, p.5).

Diante de uma realidade ambiental tão preocupante e incerta, cabe ao homem buscar meios que promovam a recuperação e novas possibilidades para controlar tamanha degradação e desequilíbrio, além de fazer uma releitura sobre a relação homem/ambiente e das relações de produção e consumo. A partir da década de 70 começa a surgir a proposta de desenvolvimento sustentável, mas somente em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento é que foi legitimado, oficializado e difundido.

O desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade pode ser compreendida como o equilíbrio dinâmico entre os fatores básicos (componentes sociais, culturais e econômicos) e a necessidade imperativa de proteger o ambiente natural, onde o homem é parte (MALHADAS, 2001).

Uma sociedade sustentável precisa pensar objetivos econômicos, sociais e ambientais que se relacionem e se complementem mutuamente. Para Clóvis Cavalcanti alguns aspectos são fundamentais para a compreensão e o debate sobre o desenvolvimento de uma sociedade sustentável:

- 1- Uma sociedade sustentável é aquela onde conseguimos dar soluções aos problemas sociais, ambientais e econômicos.
- 2- Muitos problemas com os quais temos que lidar são induzidos pelos seres humanos.
- 3- As atividades humanas são condicionadas pelas instituições sociais.
- 4- As instituições sociais são baseadas em sistemas de informação que supostamente expressam os valores de uma sociedade.
- 5- Os sistemas de informação existentes podem refletir valores verdadeiramente impróprios de uma sociedade (tal como desigualdades) ou falharem em realmente refletir valores sociais apropriados (tal como a preocupação pelo bem estar das gerações futuras).
- 6- Precisamos, mediante a publicidade da informação, da educação e da conscientização, mudar os valores sociais impróprios existentes, ou modificar os sistemas de informação existentes que falham em expressar valores sociais apropriados.
- 7- Quando os valores e sistemas de informação forem corrigidos, é preciso então assegurar que as instituições sociais operem à base de sistemas de informação que verdadeiramente expressem valores representativos e informados, e que sejam nutridos pela sociedade como um todo (CAVALCANTI, 1997, p.170).

Os desencontros entre Sustentabilidade e Realidade Social e as possibilidades da Educação Ambiental

A sustentabilidade deve ser pensada e construída através da participação da comunidade e deve refletir os interesses, as demandas, as possibilidades e os limites da comunidade para a qual se destina. Possibilita a construção de novos valores sociais e ambientais baseada no uso responsável dos recursos naturais e novos direitos coletivos.

Segundo Leff,

A gestão ambiental do desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersectorial do desenvolvimento; mas é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais (LEFF, 2001, p.57).

Por esse parâmetro podemos dizer que pensar uma sociedade sustentável é questionar o sistema capitalista que temos e reconstruir a sociedade de forma mais justa e igualitária. Sociedade essa que todos os cidadãos tenham voz ativa nas tomadas de decisões.

As práticas que regem uma sociedade sustentável, não devem ser padronizadas, mas adequadas às diferenças culturais, econômicas e sociais. Isso tornará essas práticas significativas para os habitantes de cada região. A sustentabilidade não comunga com atitudes individuais ou extremistas, mas como um conjunto de ações que devem responder às aspirações e necessidades locais e em prol de um projeto coletivo de sociedade e de mundo. Não se resolve de forma sustentável o problema da pesca predatória, por exemplo, simplesmente proibindo a pesca, mas se deve fazer uma leitura da realidade local, buscando soluções que respeitem e englobem os as necessidades culturais, econômicas e sociais.

As nações industriais continuam agindo como se a economia operasse de forma isolada “do ambiente”. Este último serve como um infinito “almoxarifado” de recursos e como um tanque para o lançamento de detritos, mas de outro modo é percebido como estático, inerte e passivo... [mas] a noção do ambiente como entidade distinta é um mito sociocultural. Longe de serem separados, o ambiente e a economia sempre estiveram pela inextricavelmente integrados. A economia humana é um sub-sistema totalmente dependente da ecossfera (HUTCHISON, 2000, p.29).

No que tange aos aspectos sociais e ambientais importa lembrar que nossa sociedade é segregadora e há um grande abismo que separa os que detêm o poder, os meios de produção e o conhecimento dos que têm a força de trabalho explorada e estão excluídos e marginalizados. Os excluídos se encontram privados do acesso ao conhecimento e bens de consumo. Normalmente vivem em áreas degradadas e por isso mesmo, são tanto agentes promovedores dos problemas socioambientais quanto vítimas deles.

A ideia de sociedade sustentável é incompatível com a desigualdade social, pois, seria muito simples convencer uma pessoa que não deve pescar em época de desova, quando ela tem o que comer, mas como convencer alguém que depende do peixe para alimentar sua família. Assim segundo Cavalcanti “A desigualdade tem sido mencionada várias vezes como tendo um impacto sobre a pobreza, o que, por sua vez, afeta o uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais”(CAVALCANTI, 1997, p.174). Existe, portanto uma grande “brecha” entre teoria e materialidade prática.

Precisamos analisar a exclusão não como opção dessas pessoas, mas como situação social para a qual foram empurradas por força de nosso sistema econômico, político e de diferentes circunstâncias. A pobreza e a desigualdade social são problemas ambientais mais significativos do planeta. A degradação ambiental é oriunda do crescimento moderno predatório e da pobreza decorrente do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, o rápido crescimento populacional e o processo de urbanização geram graves problemas sociais e ambientais. As populações mais pobres normalmente residem em áreas de risco, pa-

decem do desemprego, a subnutrição, a miséria e a privação de serviços básicos como o saneamento, água tratada, coleta de lixo, etc (TREVISOL, 2003).

A questão da sustentabilidade diante de nosso sistema econômico se torna ambígua. Existem países desenvolvidos que proíbem a instalação de indústrias estrangeiras que degradem o ambiente, como é o caso da França, mas no outro extremo existem os países em desenvolvimento que estimulam a implantação dessas indústrias estrangeiras como uma possibilidade de desenvolvimento econômico e a sobrevivência da população. Os países em desenvolvimento, ao aceitarem essas indústrias abrem as portas para a introdução de padrões tecnológicos inapropriados, a destruição de seu potencial produtivo, a destruição da sua base de recursos pelo ritmo de extração e a difusão de modelos sociais de consumo que geram um processo de degradação de seus ecossistemas. Passam a se tornar “dependentes” das indústrias estrangeiras que buscam explorar os recursos, a mão de obra e seu próprio enriquecimento. “As diferenças de nível de desenvolvimento entre as nações são resultado da transferência de riqueza, gerada mediante a superexploração dos recursos e da força de trabalho, dos países dominados para os países dominantes” (LEFF, 2000, p.20).

Cavalcanti relata essa realidade na América do Sul, “as empresas de mineração estrangeiras estão sendo atualmente beneficiadas por um tratamento tributário generoso como incentivo ao investimento direto” (CAVALCANTI, 1997, p.170). Nos países em desenvolvimento a aceitação de indústrias estrangeiras que degradam o ambiente não é uma questão de escolha, como acontece nos países desenvolvidos, mas uma questão de necessidade.

Outra questão que é diretamente relacionada à idéia de sustentabilidade é o fato de que os problemas ambientais estão em todos os noticiários, mas em forma de catástrofes. Não se divulgam esses problemas como decorrentes da ação humana sobre o ambiente. Não se questiona a postura do homem e as práticas de consumismo, a busca por poder, o desmatamento e tantas outras ações que geram essas catástrofes.

O estímulo ao consumo é outro problema grave em nossa sociedade. Recebemos a cada momento influências sociais e culturais que nos estimulam a consumir cada vez mais. Com o aumento do consumo, a economia se movimenta, a produção de lixo aumenta e a desigualdade social também, pois enquanto uma pequena parcela da população movimenta a roda do consumo, uma multidão não tem condições mínimas de sobrevivência. Não podemos pensar que quando reciclamos lixo estamos contribuindo para a sustentabilidade ambiental, se em conjunto com essa atitude não pensarmos em diminuir a produção e o consumo, como forma de diminuir a produção de resíduos.

Reciclagem e reaproveitamento são atitudes necessárias, mas que isoladamente não promovem resultados significativos.

O consumo já faz parte da nossa cultura e hoje nos pegamos consumindo itens que muitas vezes não necessitamos, mas já temos incutido desde criança que precisamos “ter” para “ser”. Cabe ao homem pensar de forma planetária e problematizar seus conceitos e valores quanto a si mesmo, a sociedade, a economia e sua relação com o ambiente.

A necessidade de adotar um estilo de vida mais simples implicaria reconsiderar as prioridades e os valores pessoais, prescindindo em grande medida dos bens de consumo supérfluos, aos quais alguns poucos no planeta estamos acostumados. A grande quantidade de energia que é dilapidada no consumismo, medida como esforço humano e produção de materiais, poderia assim ser liberada para outros fins de consolidação de toda uma sociedade humana (DIAZ, 2002, p.43).

A busca da sustentabilidade, assim como a relação do homem com o ambiente não podem ser pensadas de forma fragmentada e isolada, é preciso pensar em um conjunto de atitudes que devam ser entrelaçadas e dependentes umas das outras.

Educação Ambiental (EA) para sustentabilidade

O grande paradoxo do século XX se expressa através dos grandes avanços científicos e técnicos, mas que causaram a cegueira aos problemas globais, através das teorias mecanicistas de Descartes, no século XVII, e que separa o sujeito e o objeto; a filosofia e a ciência; a pesquisa reflexiva e a pesquisa objetiva; a alma e o corpo; o espírito e a matéria; qualidade e quantidade; finalidade e causalidade; sentido e razão; liberdade e determinismo; existência e essência (MORIN, 2002). “Estes sistemas provocam a disjunção entre a humanidade e as ciências, assim como a separação das ciências em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas” (MORIN, 2002, p.40).

Historicamente nossas escolas constroem cidadãos “fragmentados” que têm,

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega. Destrói no embrião as possibilidades de compreensão e de reflexão, reduz as possibilidades de julgamento corretivo ou a visão a longo prazo. Por isso, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior é a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; mais os problemas se tornam planetário, mais eles se tornam impensáveis. Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a inteligência cega torna-se inconsciente e irresponsável (MORIN, 2002, p.43).

Diante da realidade ambiental de nosso planeta, cabe à escola desconstruir o conceito do conhecimento fragmentado e possibilitar a construção de um conhecimento crítico que não ignore a ciência até hoje acumulada, mas que questione e problematize a sua utilização e as conseqüências da mesma. A escola passa a ser um tempo/espaço importante nesse processo de conscientização, pois sendo um lugar de apropriação e construção crítica do conhecimento pode por à prova padrões morais ditados pela sociedade de consumo. “A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão” (MORIN, 2008, p.65). A escola é uma poderosa ferramenta social que reproduz os valores de uma sociedade e por isso pode contribuir para a mudança da realidade ambiental, desde que o ambiente represente um valor social (CAVALCANTI, 1997).

A Educação Ambiental (EA) surge como “ponte” nas relações homem/ambiente e tem objetivo principal formar cidadãos conscientes de suas atitudes, responsabilidades e necessidades, que busquem um equilíbrio ambiental e social global, como forma de sobrevivência da espécie humana e não humana e que reconheçam o homem como parte integrante e dependente da natureza. Nesse contexto, a ciência deve buscar uma nova relação com a natureza, relação essa onde não ocorra somente o monólogo do cientista, mas onde as “respostas” da natureza sejam ouvidas e respeitadas.

a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre as gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional (REIGOTTA, 2004, p.11).

A EA não é um conceito deste século, mas constitui uma ideia de educação que começou a ser cogitada por volta dos anos 70 com o objetivo de tornar possível uma nova aliança entre homem/natureza, baseada na conscientização sobre os riscos socioambientais e que possibilite construir um futuro não ameaçador tanto para o planeta como para o homem. Durante a Eco-92 foi redigido por 3.180 pessoas que representavam 1.300 ONGs que atuam em 180 países um importante tratado sobre EA. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global estabeleceu dezesseis princípios fundamentais para a educação em sociedades sustentáveis:

1- A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.

- 2- *A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.*
- 3- *A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.*
- 4- *A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.*
- 5- *A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.*
- 6- *A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.*
- 7- *A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.*
- 8- *A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.*
- 9- *A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica em uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.*
- 10- *A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.*
- 11- *A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.*
- 12- *A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.*
- 13- *A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduo e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseado em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.*
- 14- *A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.*
- 15- *A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter oportunidades em experiências educativas de sociedades sustentáveis.*
- 16- *A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (TREVISOL, 2003, p. 103 e 104).*

A EA propõe um novo conceito de educação com a construção de novos valores, saberes e direitos em um processo de compreensão da realidade e resignificação das bases teóricas. A EA possibilitaria levar os indivíduos a reverem seus hábitos individuais e coletivos de forma a construírem relações harmoniosas e sustentáveis com o ambiente, contudo, pensar em uma mudança radical em nossos costumes em relação ao ambiente seria uma utopia, mas não impossível:

Pensar em uma mudança radical da sociedade, tendo como base uma perspectiva ecológica, é uma utopia que não deve ser entendida como ingênua ou impossível, mas como um conjunto

de ideias que tendem a gerar atividades visando mudanças no sistema prevalecente (REIGOTA, 1994, p.22).

Nesse sentido, a EA não deve ser vista como redentora, mas como um processo de crítica de nosso tempo e de nosso projeto de humanidade com vistas à construção de uma nova realidade (LEFF, 2001), pela superação das características consumistas e excludentes da sociedade capitalista.

Embora a EA seja uma ferramenta importante, para que dê resultados significativos é necessário que opere um processo de questionamento e revisão dos valores sociais, de consumo e produção, pois, são eles que condicionam nossas práticas. Nesse sentido Cavalcanti sugere que “Se a sociedade como um todo valoriza um meio ambiente sem fumaça, por exemplo, os lucros das empresas de cigarro podem chegar a zero” (CAVALCANTI, p.168).

A educação reflete ideologias da sociedade em que está inserida, mas, também é potencialmente capaz de transformá-las. Isso é relevante, sobretudo, em sociedades que “domesticam os indivíduos por meio de mitos e ideias, que, por sua vez, domesticam as sociedades e os indivíduos, mas os indivíduos poderiam, reciprocamente, domesticar as ideias ao mesmo tempo em que poderiam controlar a sociedade que os controla” (MORIN, 2002, p. 29).

A EA deve ser pensada como práticas que variam de acordo com a realidade local e sua respectiva cultura, despertando no cidadão uma visão crítica local, continental e planetária. O cidadão, através de acesso aos conhecimentos em sua totalidade, desenvolveria uma opinião crítica em relação as suas responsabilidades diante da degradação do ambiente e suas conseqüências. “A educação é muito mais do que informação, muito mais do que conhecimento” (MAYOR, apud MALHADAS, 2001, p.7), trata-se da resignificação de conceitos e da união por um objetivo comum não só local, mas global.

Para Marcos Reigota é necessário

que a EA enfrente o desafio da mudança de mentalidade sobre as idéias de modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação econômica, no autoritarismo político, no saque aos recursos naturais, no desprezo às culturas de grupos minoritários e aos direitos fundamentais do homem. Tenho trabalhado com a ideia de que a EA é uma educação política, fundamentada numa filosofia política, da ciência e da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma “nova aliança” com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas (REIGOTA, 2004, p.61, 62).

A proposta da EA, não se fundamenta em uma mudança exterior e imposta, mas na construção de uma consciência verdadeira e livre, de pessoas conscientes dos riscos, das necessidades e da urgência que nosso planeta tem diante de tamanha degradação. Consciência que perceba que o homem é o principal agente da degradação e sofredor de suas conseqüências.

Considerações finais

No estágio de desenvolvimento em que nos encontramos seria no mínimo ingênuo um discurso em favor de uma interrupção das atividades que alteram o ambiente. Precisamos encontrar soluções para que as alterações sejam amenizadas e repensadas para a sobrevivência do planeta. Não é possível pensar em soluções que sejam cristalizadas, mas deve se avaliar cada característica regional e local. Ações isoladas não geram resultados significativos. Não é possível proibir que um trabalhador que vive da extração de madeira, ou um pescador que vive de pesca, deixe de ter sua única forma de subsistência. Claro que existem formas de agir de forma sustentável, mas não simplesmente proibir.

Podemos perceber que em busca de soluções milagrosas se tem buscado formas de resolver os problemas ambientais paliativamente. Normalmente essas soluções trazem conseqüências às pessoas com menos poder aquisitivo, e são elas que mais necessitam do ambiente como forma de subsistência. Ao pensarmos em uma sociedade sustentável precisamos pensar em objetivos econômicos, sociais e am-

bientais que devem se relacionar mutuamente. Um outro modelo de sociedade deve ser construído com a participação de todos os cidadãos. Somente com a participação de todos é que se encontrarão soluções realmente palpáveis e atreladas às necessidades e demandas do local e do global.

O estímulo ao consumo, típico da sociedade capitalista, nos torna verdadeiras máquinas de produzir lixo, e muitas vezes não nos damos conta das consequências de nossas ações. Reproduzimos essas atitudes insustentáveis e perpetuamos a desgraça ambiental.

A atual crise ambiental nos chama a uma reflexão ampla sobre a continuidade da vida humana e não humana. Apesar de sua complexidade precisamos encontrar soluções eficazes e não apenas teorias, de forma a resolver problemas sociais e econômicos em sua raiz histórica. A fragmentação trouxe à humanidade problemas tão sérios que hoje não conseguimos encontrar soluções devido à “cegueira” de não compreendermos o globo, mas somente fragmentos dele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALCANTI, Clóvis. Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
- DÍAZ, Alberto Pardo. Educação Ambiental como projeto. Porto Alegre: Artmed, 2002
- HUTCHISON, David. Educação Ecológica – idéias sobre consciência ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2000
- LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. FURB, 2000.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MALHADAS, Zióle Zanotto. Dupla Ação: Conscientização e Educação Ambiental para Sustentabilidade. Curitiba: NIMAD, 2001
- MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2002
- REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2004
- SATO, Michele, CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Schwarcz, 2004.
- SILVA, Ana Tereza Reis da. Educação Ambiental na Sociedade de Risco. III Encontro da ANPPAS: Brasília, 2006. www.anppas.prg.br/encontro em 01/07/2010.
- TREVISOL, Joviles Vitório. A educação ambiental em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: Unoese, 2003.